

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E RODOVIAS
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONCURSO PÚBLICO

CARGO: TÉCNICO SUPERIOR OPERACIONAL
MEIO BIÓTICO: FAUNA E FLORA – TIPO A

FRASE: “Todos caem mas apenas os fracos continuam no chão...”
(Transcrever a frase acima para a folha de resposta)



SUA PROVA

- Além deste caderno de provas, contendo **60 (sessenta)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, o candidato receberá do fiscal de sala:
- Uma **Folha de Respostas** destinada às respostas das questões objetivas; e
- Uma **Folha de Texto Definitivo** destinado à prova discursiva.



TEMPO

- **04h (quatro horas)** é o tempo disponível para a realização das provas, já incluindo o tempo para a marcação na **Folha de Respostas** da prova objetiva e transcrição da prova discursiva na **Folha de Texto Definitivo**.
- O candidato somente poderá se retirar da sala de prova após o decurso de **60min (sessenta minutos)** e só poderá se retirar do local de realização das provas após o decurso de **03h (três horas)** do horário de início das provas e em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de provas.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização das provas;
- lançar meios ilícitos para a realização das provas;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação das provas, fornecido pelo **IDECAN**;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o **CARGO** deste caderno de provas coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a **Folha de Respostas**.
- Identifique na **Folha de Respostas** o **TIPO** de caderno de provas, a não identificação na **Folha de resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição da **Folha de Respostas** e/ou da **Folha de Texto Definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a **Folha de Respostas**, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da **Folha de Respostas** e do **Folha de Texto Definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **Caderno de Prova**, na **Folha de Respostas** e na **Folha de Texto Definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **Caderno de Prova**, a **Folha de Respostas** e a **Folha de Texto Definitivo** ambos devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização das provas, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização das provas e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os Cadernos de Provas, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 10.

A Pata da Gazela

- 1 Horácio de Almeida, o nosso leão, voltou a casa à hora do costume, quatro da tarde.
Os sucessivos encontros da Rua do Ouvidor; a conversa no Bernardo; a visita indispensável ao alfaiate; as anedotas do Alcazar na noite antecedente; a crônica anacreônica do Rio de Janeiro, chistosamente comentada; algumas rajadas de maledicência, que é a pimenta social; todas essas ocupações importantes, que absorvem a vida do leão, distraíram Horácio a ponto de se esquecer ele do objeto guardado no bolso do paletó.
- 5 Como admitir que um príncipe da moda não aproveitasse a aventura do carro, para sobre ela bordar um romance de rua, com que excitasse a curiosidade dos amigos? Realmente é admirável; e seria incompreensível se não fosse a circunstância de ter poucos passos adiante encontrado uma das mais ricas herdeiras do Brasil, a quem o nosso leão arrastava... ia dizer a asa, mas isso seria anacronismo; dizia-se no tempo em que os leões se chamavam galos; hoje deve
- 10 dizer-se arrastar a juba; é mais bonito e indica mais submissão. Arrastar a asa é enfumar-se; arrastar a juba é prostrar-se.
Foi só quando, recostado em sua otomana, descansava para o jantar, que Horácio, procurando a carteira de charutos no bolso do fraque, lembrou-se do objeto. Teve então curiosidade de examiná-lo; sabia o que era; na ocasião de apanhá-lo reconhecera o pé de uma botina de senhora; mas não fizera grande reparo.
Agora, porém, que de novo o tinha diante dos olhos, a sós em seu aposento e despreocupado da ideia de o restituir,
- 15 Horácio achou o objeto digno de séria atenção; e, aproximando-se da janela, começou um exame consciencioso.
Era uma botina, já o sabemos; mas que botina! Um primor de pelica e seda, a concha mimosa de uma pérola, faceira irmã do lindo chapim de ouro da borralheira; em uma palavra a botina desabrochada em flor, sob a inspiração de algum artista ignoto, de algum poeta de ceiró e torquês.
Não era, porém, a perfeição da obra, nem mesmo a excessiva delicadeza da forma, o que seduzia o nosso leão;
- 20 eram sobretudo os debuxos suaves, as ondulações voluptuosas que tinham deixado na pelica os contornos do pezinho desconhecido. A botina fora servida, e muitas vezes; embora estivesse ainda bem conservada, o desmaio de sua primitiva cor bronzeada e o esfolamento da sola indicavam bastante uso.
Se fosse um calçado em folha, saído da loja, não teria grande valor aos olhos do nosso leão, habituado não só a ver, como a calçar, as obras-primas de Milliès e Campás. Talvez reparando muito naquela peça que tinha nas mãos, notasse maior elegância no corte e um apuro escrupuloso na execução; porém, mais natural seria escapar-lhe essa mínima circunstância.
- 25 Mas a botina achada já não era um artigo de loja, e sim o traste mimoso de alguma beleza, o gentil companheiro de uma moça formosa, de quem ainda guardava a impressão e o perfume. O rosto estufava mostrando o firme relevo do pezinho arqueado. Na sola se desenhava a curva graciosa da planta sutil, que só nas extremidades beijava o chão, como o silfo que frisa a superfície do lago com a ponta das asas.
- 30 Há um aroma, que só tem uma flor na terra, o aroma da mulher bonita: fragrância voluptuosa que se exala ao mesmo tempo do corpo e da alma; perfume inebriante que penetra no coração como o amor volatilizado. A botina estava impregnada desse aroma delicioso; o delicado tubo de seda, que se elevava como a corola de um lírio, derramava, como a flor, ondas suaves.
- 35 O mancebo colocara longe de si o charuto para não desvanecer com o fumo os bafejos daquele odor suave. Não havia aí o menor laivo de essência artificial preparada pela arte do perfumista; era a pura exalação de uma cútis acetinada, esse hálito de saúde que perspira através da fina e macia tez, e como através das pétalas de uma rosa.
De repente uma ideia perpassou no espírito do moço que o fez estremecer. Essa botina grácil, em que mal caberia sua mão aristocrática, essa botina mais mimosa do que sua luva de pelica, não podia ter um número maior do que o de seus
- 40 anos, vinte e nove!
“Será de uma menina!” murmurou ele um tanto desconsolado.
Examinou novamente a obra-prima, voltou-a de todos os lados, apalpou docemente o salto e o bico, dobrou a orla da haste, sondou o interior da concha, que servira de regaço ao feiticeiro pezinho. Depois de alguns instantes deste exame profundo e minucioso, um sorriso expandiu o semblante de Horácio.
- 45 “É de moça, é de mulher!” murmurou ele. “Aqui estão os sinais evidentes; não podem falhar. A fábula de Édipo é uma verdade eterna: no enigma da esfinge está realmente o mito da vida. O homem é o animal que de manhã anda sobre quatro pés; ao meio-dia sobre dois; à tarde sobre três. Na infância, a criatura, como a planta, conserva-se rasteira, brota, pulula, mas aconchega-se mais ao solo, de que recebe toda a nutrição; as mãos servem-lhe de pés. Depois da juventude, na época da expansão, a criatura se lança para o espaço, exalta-se: é a árvore que hasteia e procura as nuvens; a planta pede ao céu os orvalhos e a luz do sol; a alma pede a crença, a fé, a esperança, de que se geram as flores, que nós chamamos paixões.
- 50

Na velhice, o homem se inclina de novo para a terra, como o tronco carcomido; é o pó, que, depois de revoar no espaço, deposita-se outra vez no chão. Então o velho precisa do bordão; uma das mãos torna-se pé e calça esse coturno da mais triste das tragédias humanas, a decrepitude.”

ALENCAR, José de. A Pata da Gazela. Rio de Janeiro: Ática, 1995.

1. Em: “Horácio de Almeida, o nosso leão, voltou a **casa à hora** do costume, quatro da tarde.”, a segunda ocorrência é acentuada, e a primeira não. Esse fenômeno acontece porque

- (A) a segunda ocorrência é composta por preposição, que recebe acento agudo, enquanto a primeira é constituída somente de artigo feminino definido.
- (B) a segunda ocorrência é composta por dois artigos femininos, recebendo acento grave, enquanto a primeira é constituída somente de preposição.
- (C) a segunda ocorrência é composta por preposição e artigo, recebendo acento agudo; a primeira ocorrência é constituída de artigo feminino definido.
- (D) a segunda ocorrência é composta por preposição e artigo feminino definido, recebendo acento grave; enquanto a primeira é constituída somente de preposição.
- (E) a segunda ocorrência é composta de preposição, que recebe acento grave; a primeira ocorrência é constituída por preposição.

2. Parafraseando o descrito acima pelo autor, assinale a alternativa que contém a correta interpretação.

- (A) Horácio era um leão que comprou um sapato de um outro animal, que era o sapateiro, mas, por engano, recebeu apenas um pé, em vez de receber o par. Voltou para sua toca e foi conferir se o sapateiro havia acertado o número. Chegando lá, viu que era muito pequeno para seu tamanho, apesar de bem feito.
- (B) Horácio era um rapaz de muitas posses que encontrou um sapato na rua. Guardou-o no bolso e esqueceu-se do objeto, pois viu uma moça, pela qual tinha interesse, passando. Chegando em casa, pôs-se a examiná-lo. Chegou à conclusão de que era o sapato gasto, cuja dona era uma jovem.
- (C) Horácio era um rapaz pobre que achou um sapato na rua. Ficou muito nervoso com o objeto, então levou-o para casa e pôs-se a examiná-lo. Chegou à conclusão de que era o sapato velho de uma criança devido ao tamanho diminuto e o solado gasto.
- (D) Horácio era um rapaz de poucas posses que encontrou um sapato na rua. Esqueceu-se do objeto no bolso, pois havia encontrado uma moça, pela qual tinha interesse. Chegando em casa, pôs-se a examiná-lo. Chegou à conclusão de que era o sapato novo de uma jovem.
- (E) Horácio era um rapaz de muitas posses que encontrou um sapato na rua. Ficou muito nervoso, pois o calçado era muito bonito, então levou-o para casa e pôs-se a examiná-lo. Chegou à conclusão de que o sapato era novo e de criança.

3. “(...) Os sucessivos encontros da Rua do Ouvidor; a conversa no Bernardo; a visita indispensável ao alfaiate; as anedotas do Alcazar na noite antecedente; a crônica anacreônica do Rio de Janeiro, chistosamente comentada; algumas rajadas de maledicência, que é a pimenta social; **todas** essas ocupações importantes, que absorvem a vida do leão, distraíram Horácio a ponto de se esquecer ele do objeto guardado no bolso do paletó”.

A palavra **todas**, como destacado no trecho acima, faz referência, essencialmente, aos termos

- (A) sucessivos, conversa, visita, anedotas, crônica, rajadas.
- (B) sucessivos, conversa, visita, Alcazar, crônica, rajadas.
- (C) encontros, conversa, visita, Alcazar, crônica, maledicência.
- (D) encontros, Bernardo, visita, anedotas, crônica, rajadas.
- (E) sucessivos, conversa, alfaiate, Alcazar, crônica, maledicência.

4. “Examinou novamente a obra-prima, voltou-a de todos os lados, apalpou docemente o salto e o bico, dobrou a orla da haste, sondou o interior da concha”.

A relação presente entre as orações do período destacado acima, corresponde a

- (A) coordenação sindética.
- (B) subordinação adjetiva.
- (C) coordenação assindética.
- (D) subordinação adverbial.
- (E) subordinação substantiva.

5. Determine a alternativa em que se mantém a correção gramatical e a preservação de sentido.

- (A) “De repente uma ideia perpassou no espírito do moço, que o fez estremecer” / Repentinamente uma ideia perpassou no espírito do moço, que o fez sorrir.
- (B) “A alma pede a crença, a fé, a esperança, de que se geram as flores” / A alma insta a crença, a fé, a esperança, do que se geram as flores.
- (C) “Embora estivesse ainda bem conservada” / Porquanto estivesse ainda bem conservada.
- (D) “Sondou o interior da concha, que servira de regaço ao feiticeiro pezinho” / Sondou o interior da concha, que aconchegaria o perfumado pezinho.
- (E) “Então o velho precisa do bordão, uma das mãos torna-se pé” / Então o ancião precisa do cajado, uma das mãos transfigura-se em pé.

6. Assinale a alternativa que contém período com construção semelhante e mesma classificação da oração destacada.

“(...) Na sola se desenhava a curva graciosa da planta sutil, que só nas extremidades beijava o chão”.

- (A) Como admitir que um príncipe da moda não aproveitasse a aventura do carro(...)? - Oração subordinada substantiva objetiva direta
- (B) Eram sobretudo os debuxos suaves, as ondulações voluptuosas que tinham deixado na pelica os contornos do pezinho desconhecido. - Oração subordinada adjetiva restritiva
- (C) Mas aconchega-se mais ao solo, de que recebe toda a nutrição. - Oração subordinada adjetiva restritiva
- (D) Sondou o interior da concha, que servira de regaço ao feiticeiro pezinho. - Oração subordinada adjetiva explicativa
- (E) De repente uma ideia perpassou no espírito do moço que o fez estremecer. - Oração subordinada adjetiva explicativa

7. “Não era, porém, a perfeição da obra, nem mesmo a excessiva delicadeza da forma, o que seduzia o nosso leão; eram sobretudo os debuxos suaves, as ondulações voluptuosas que tinham deixado na pelica os contornos do pezinho desconhecido”.

Assinale a alternativa em que se tenha mantido correção gramatical ao se transformar o segmento destacado no período acima. Não leve em conta alterações de sentido.

- (A) Não seria, porém, a perfeição da obra, nem mesmo a excessiva delicadeza da forma, o que seduziria o nosso leão; seriam sobretudo os debuxos suaves, as ondulações voluptuosas que teriam deixado na pelica os contornos do pezinho desconhecido.
- (B) Não será, porém, a perfeição da obra, nem mesmo a excessiva delicadeza da forma, o que seduzira o nosso leão; serão sobretudo os debuxos suaves, as ondulações voluptuosas que terão deixado na pelica os contornos do pezinho desconhecido.
- (C) Não fora, porém, a perfeição da obra, nem mesmo a excessiva delicadeza da forma, o que seduzira o nosso leão; foram sobretudo os debuxos suaves, as ondulações voluptuosas que teve deixado na pelica os contornos do pezinho desconhecido.
- (D) Apesar de não ser, porém, a perfeição da obra, nem mesmo a excessiva delicadeza da forma, o que seduz o nosso leão; é sobretudo os debuxos suaves, as ondulações voluptuosas que têm deixado na pelica os contornos do pezinho desconhecido.
- (E) Não seria, porém, a perfeição da obra, nem mesmo a excessiva delicadeza da forma, o que seduzira o nosso leão; serão sobretudo os debuxos suaves, as ondulações voluptuosas que terão deixado na pelica os contornos do pezinho desconhecido.

8. “Na sola se desenhava a curva graciosa da planta sutil”.

No excerto, observa-se a presença de determinada colocação pronominal. Assinale a alternativa que contém o mesmo tipo de classificação e ocorrência.

- (A) “Se fosse um calçado em folha, saído da loja, não teria tanto valor”.
- (B) “Agora, porém, que de novo o tinha diante dos olhos”.
- (C) “Fragrância voluptuosa que se exala ao mesmo tempo do corpo e da alma”.
- (D) “Uma das mãos torna-se pé”.
- (E) “O delicado tubo de seda, que se elevava como a corola de um lírio”.

9. “Foi só quando, recostado em sua otomana, descansava para o jantar, que Horácio, procurando a carteira de charutos no bolso do fraque, lembrou-se do objeto. Teve então curiosidade de examiná-lo; sabia o que era”.

Identifique o termo anteriormente mencionado no texto, o qual faz referência ao pronome em destaque.

- (A) Jantar
- (B) Horácio
- (C) Objeto
- (D) Bolso
- (E) Fraque

10. De acordo com as informações descritas, quanto à utilização da pontuação, analise as alternativas:

- I. “Algumas rajadas de maledicência, que é a pimenta social ...”: possui vírgula para separar uma oração subordinada adjetiva restritiva da oração principal.
- II. Em “... a quem o nosso leão arrastava... ia dizer a asa, mas isso seria anacronismo; dizia-se no tempo em que os leões se chamavam galos ...” possui reticências para expressar hesitação.
- III. A última vírgula presente em “... uma das mãos torna-se pé e calça esse coturno da mais triste das tragédias humanas, a decrepitude.” serve para introduzir uma expressão explicativa.
- IV. As aspas usadas em “É de moça, é de mulher!” murmurou ele” são um recurso válido para substituir hifens.

Após análise, considera-se como corretas

- (A) somente as afirmativas I e III.
- (B) somente as afirmativas II e IV.
- (C) somente as afirmativas II e III.
- (D) somente as afirmativas I, II e IV.
- (E) as afirmativas I, II, III e IV.

11. Flávio foi nomeado para ocupar cargo público estadual, mas não tomou posse no prazo legalmente previsto. Meses depois, ainda no prazo de validade do concurso público, esgotou-se a lista de nomeação dos candidatos subsequentes, daí Flávio, como único não empossado, requereu o reaproveitamento nesse cargo público. Nesse caso, é possível afirmar que

- (A) Flávio deve ser reintegrado pela Administração Pública.
- (B) Flávio deve ser reconduzido pela Administração Pública.
- (C) Flávio pode ser nomeado novamente e depois empossado no cargo público.
- (D) Flávio precisa ser novamente nomeado e depois reaproveitado no cargo público.
- (E) Flávio não pode ser nomeado pela segunda vez em decorrência desse concurso público, ainda que existam cargos vagos.

12. Enquanto estava trabalhando, João de Deus, servidor público estadual, foi comunicado do falecimento do seu companheiro, com quem mantinha união estável há mais de dez anos. Em razão do acontecimento em questão, ele poderá ausentar-se do serviço por

- (A) um dia útil.
- (B) dez dias consecutivos.
- (C) cinco dias consecutivos.
- (D) até oito dias consecutivos.
- (E) dois dias consecutivos, no máximo.

13. Na Previdência dos servidores públicos estaduais, há um benefício destinado aos considerados ativos ou inativos, por dependente econômico. No caso, trata-se do

- (A) pecúlio.
- (B) salário-família.
- (C) abono de permanência.
- (D) auxílio-criança.
- (E) vale-leite.

14. A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro prevê que, na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum. Entretanto, quando ela for omissa, o juiz decidirá o caso, de acordo com

- (A) os bons costumes, a equidade e a moral coletiva.
- (B) a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
- (C) a equidade, os costumes e a ética.
- (D) a moral, os princípios gerais de direito e a analogia.
- (E) os princípios de direito, os costumes e a ética.

15. De acordo com a classificação dos bens públicos, uma rodovia estadual administrada pelo Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo, é considerada um

- (A) bem difuso.
- (B) bem público dominical.
- (C) bem público autárquico.
- (D) bem público de uso especial.
- (E) bem público de uso comum do povo.

16. Caso o Estado do Espírito Santo decida realizar uma parceria público-privada, a legislação em vigor prevê que tal ente deverá celebrar

- (A) contrato administrativo de permissão ou de concessão.
- (B) contrato de gestão administrativa.
- (C) contrato administrativo de concessão.
- (D) contrato de convênio patrocinado.
- (E) contrato público de permissão ou de concessão.

17. Acerca das empresas públicas e sociedades de economia mista, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A exploração de atividade econômica pelo Estado não poderá ser exercida por meio de subsidiárias de empresa pública ou de sociedade de economia mista.
- (B) Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.
- (C) A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão divulgar toda e qualquer forma de remuneração dos administradores.
- (D) Desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, será admitida, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (E) Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.

18. Maria das Dores, servidora pública responsável pela fiscalização de contratações na Administração Pública Estadual, causou prejuízo de vários milhões de reais ao erário e foi condenada, judicialmente, pela prática de improbidade administrativa. Nesse caso, é possível que ela seja penalizada com

- (A) proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 14 (catorze) anos.
- (B) pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da sua remuneração.
- (C) pagamento de multa civil de até 10 (dez) vezes o valor da sua remuneração.
- (D) suspensão dos direitos políticos até 12 (doze) anos.
- (E) cassação dos direitos políticos.

19. Considerando o regramento das licitações públicas, assinale abaixo dois elementos que são vistos, rotineiramente, em projetos básicos.

- (A) Sondagens e ensaios geotécnicos.
- (B) Notas de empenho e ensaios técnicos.
- (C) Laudo de riscos e mapa de externalidades.
- (D) Matriz de riscos e ensaios de externalidades.
- (E) Pareceres de sondagens e certidões de débitos.

20. No âmbito do controle da Administração Pública, os Tribunais de Contas podem proceder à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto à

- (A) convencionalidade.
- (B) fragmentariedade.
- (C) plurilateralidade.
- (D) permissividade.
- (E) legitimidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Lei Complementar 936/2019, publicada no dia 30 de dezembro no Diário Oficial, institui a Política Estadual de Proteção à Fauna Silvestre e dá outras providências, tornando, assim, o estado do Espírito Santo, pioneiro na gestão e proteção da fauna silvestre no Brasil. A referida lei traz, de forma atualizada, em relação ao que dispõe a legislação federal, a descrição das infrações e das penalidades a serem aplicadas no âmbito da fiscalização. Os valores das multas foram atualizados para que as transgressões cometidas contra a fauna tenham penalizações mais severas, quando aplicadas com fundamento na respectiva lei complementar. Com relação ao tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) Com a publicação da Lei Complementar 936/2019, a Polícia Militar do Espírito Santo, por intermédio de suas unidades especializadas em policiamento ambiental, passa a deter o poder administrativo sobre a aplicação das infrações, podendo lavrar o Boletim de Ocorrência unificado, referente ao ato criminal da ação, em uma única ação.
- (B) A Lei Complementar 936/2019 cria o Sistema Integrado de Gestão da Fauna Silvestre (SIGFAU), ferramenta que possibilita a realização de ações e projetos voltados para a melhoria na gestão da fauna silvestre capixaba. A Polícia Civil do Estado do Espírito Santo não se configura enquanto um dos órgãos executores do Sistema.
- (C) A Lei complementar 936/2019 amplia o conceito de maus-tratos contra animais, trazendo a descrição pormenorizada das ações que configuram essa tipologia de infração, embora não confira segurança jurídica ao agente que aplicar a penalidade e o correto enquadramento do ato infracional.
- (D) O valor da multa simples ou diária poderá ser convertido, somente em parte, em prestação de serviços ou dação de bens em favor do órgão ou entidade ambiental estadual autuante para o desenvolvimento de ações voltadas à proteção e conservação da fauna, na forma a ser estabelecida pelo órgão ou entidade ambiental estadual competente ou, caso seja proposto pelo infrator, com aprovação da mesma até a conclusão definitiva do procedimento.
- (E) Constitui infração matar, perseguir, caçar, apanhar, coletar, transportar, exportar, importar, comercializar, expor, encarcerar ou utilizar espécimes, parte ou produtos, da fauna silvestre e fauna exótica, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida, resultará em multa de 2.000 (dois mil) VRTEs por indivíduo de espécie constante de listas oficiais, estadual e/ou federal, ameaçada de extinção, inclusive do Anexo I da CITES (Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção).

22. A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, também conhecida como novo “Código Florestal”, estabelece normas gerais sobre a Proteção da Vegetação Nativa, incluindo Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de Uso Restrito; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais, o controle e prevenção dos incêndios florestais, e a previsão de instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. Nesse sentido, regulamenta o uso e a proteção de florestas e demais tipos de vegetação nativa dos imóveis rurais privados. A quantidade de vegetação nativa, que ocorre nessas propriedades e sua distribuição uniforme na paisagem, faz com que a lei supra citada tenha importância similar e complementar às unidades de conservação públicas na preservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, assim como na regulação climática. No que diz respeito à temática exposta, indique a alternativa correta.

- (A) No parcelamento de imóveis rurais, a área de Reserva Legal não poderá ser agrupada em regime de condomínio entre os adquirentes.
- (B) O manejo e a exploração de florestas plantadas localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal não são isentos de Plano de Manejo Florestal Sustentável.
- (C) O plantio ou reflorestamento com espécies florestais nativas ou exóticas independem de autorização prévia, desde que observadas as limitações e condições previstas nesta Lei, devendo ser informados ao órgão competente, no prazo de até 2 (dois) anos, para fins de controle de origem.
- (D) Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente. Para os imóveis rurais localizados na Amazônia Legal, em área de cerrado, 25% (vinte e cinco por cento) da área do imóvel deve ser destinada para a Reserva Legal.
- (E) Em áreas de inclinação entre 25° e 45°, serão permitidos o manejo florestal sustentável e o exercício de atividades agrossilvipastoris, bem como a manutenção da infraestrutura física associada ao desenvolvimento das atividades, observadas boas práticas agrônômicas, sendo vedada a conversão de novas áreas, excetuadas as hipóteses de utilidade pública e interesse social.

23. A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011 tem como objetivo fixar normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora. Esta lei é importante, pois avança na caracterização das atribuições de licenciamento ambiental por cada ente federativo, de forma a definir os tipos de empreendimentos e atividades por estes licenciados. E avança também no compartilhamento de responsabilidades federativas para uma gama de ações administrativas, que vão além do licenciamento ambiental, cobrindo os diversos aspectos da gestão ambiental. De acordo com a LC 140/2011, assinale a alternativa correta.

- (A) Para fins de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, e para autorização de supressão e manejo de vegetação, o critério do ente federativo instituidor da unidade de conservação não será aplicado às Áreas de Proteção Ambiental (APAs).
- (B) O licenciamento dos empreendimentos cuja localização compreenda, concomitantemente, áreas das faixas terrestre e marítima da zona costeira, será de atribuição da União, exclusivamente, nos casos previstos em tipologia estabelecida por ato do Poder Executivo, a partir de proposição das Comissões Tripartites Estaduais, assegurada a participação de um membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade ou empreendimento.
- (C) É uma ação administrativa dos Municípios aprovar a liberação de exemplares de espécie exótica da fauna e da flora em ecossistemas naturais frágeis ou protegidos.
- (D) É uma ação administrativa dos Estados elaborar o Plano Diretor, observando os zoneamentos ambientais.
- (E) É uma ação administrativa da União aprovar o funcionamento de criadouros da fauna silvestre.

24. De acordo com a Lei Estadual nº 5.361/1996, que dispõe sobre a Política Florestal do Estado do Espírito Santo, apresentando esta, por princípio, promover e incrementar a preservação, conservação, recuperação, ampliação e utilização apropriada das florestas, dentro de um contexto de desenvolvimento sustentado, visando o atendimento das necessidades econômicas, sociais, ambientais e culturais, das gerações atuais e futuras, assinale a afirmativa correta.

- (A) Compõem as Áreas de Interesse Especial, as florestas naturais em estágio inicial e médio de regeneração, os reflorestamentos puros e mistos de produção e os sistemas agroflorestais.
- (B) Em Áreas de Interesse Especial, a autorização para utilização dos recursos florestais será concedida previamente, pelo órgão Municipal Competente, obedecidas as normas estabelecidas na Legislação Federal, Estadual e nesta Lei, através da expedição de documento formal.
- (C) Compõem as Florestas de Conservação e Uso Múltiplo a Reserva Legal, as Unidades de Conservação, as Reservas Indígenas e os Monumentos do Patrimônio Natural e Cultural do Estado e os entornos das Unidades de Conservação, Reservas Indígenas e Monumentos do Patrimônio Natural e Cultural do Estado.
- (D) Sistemas Agroflorestais são aqueles, os quais existem a consorciação de espécies vegetais de diferentes portes, em que, pelo menos, uma seja lenhosa perene e outra de cultivo agrícola em simultâneo ou sequencial, na presença ou não de animais, de maneira integrada com o ambiente na produção de bens e serviços.
- (E) Macega é a forma de vegetação alterada, com predominância de indivíduos do porte herbáceo, podendo haver a presença de alguns do arbustivo e raramente um ou outro do arbóreo. A sua área basal, considerando os indivíduos com diâmetro à altura do peito (DAP) menor que 20 cm, é menor que 2 m²/ha.

25. A Lei nº 10.650/2003 dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). De acordo com a referida Lei, **não** deverão ser publicados em Diário Oficial e ficar disponíveis, no respectivo órgão, em local de fácil acesso ao público, listagens e relações contendo os dados referentes aos assuntos, relacionados a

- (A) pedidos e licenças para supressão de vegetação.
- (B) pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão.
- (C) recursos interpostos em processo administrativo ambiental e respectivas decisões.
- (D) registro de apresentação de estudos de impacto ambiental e sua aprovação ou rejeição.
- (E) autos de infrações, não contendo as respectivas penalidades impostas pelos órgãos ambientais.

26. A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, é a referência legal mais importante na proteção ambiental do Brasil, apresentando como objetivo regulamentar as várias atividades que envolvam o meio ambiente, para que haja preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, tornando favorável a vida, assegurando à população condições propícias para seu desenvolvimento social e econômico. Esses objetivos para serem atingidos, devem ser orientados por princípios, fundamentais na busca da proteção ambiental. No que concerne à lei mencionada, assinale a alternativa correta.

- (A) Órgão executor do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) possui a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências.
- (B) Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos.
- (C) A referida lei institui a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia conferido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.
- (D) Fica instituído, sob a administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.
- (E) Órgãos consultivos e deliberativos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), possuem a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais, e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.

27. A Resolução CONAMA nº 428/2010 dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o parágrafo 3º, do artigo 36, da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC, no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências. O licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental que possam afetar UC específica ou sua Zona de Amortecimento (ZA), assim considerados pelo órgão ambiental licenciador, com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), só poderá ser concedido após autorização do órgão responsável pela administração da UC ou, no caso das Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN), pelo órgão responsável pela sua criação. Com base na referida Resolução, identifique a alternativa correta.

- (A) A autorização deverá ser solicitada pelo órgão ambiental licenciador, no prazo máximo de 30 dias, contados a partir do aceite do EIA/RIMA.
- (B) A contagem do prazo, para manifestação do órgão responsável pela administração da UC, será interrompida durante a elaboração dos estudos complementares específicos ou preparação de esclarecimentos, sendo retomada, acrescido de mais 45 dias, em relação ao prazo original, se necessário.
- (C) O órgão responsável pela administração da UC decidirá, de forma motivada, pela emissão da autorização, pela exigência de estudos complementares, desde que previstos no termo de referência, pela incompatibilidade da alternativa apresentada para o empreendimento com a UC e pelo indeferimento da solicitação.
- (D) A autorização de que trata esta Resolução deverá ser solicitada pelo órgão ambiental licenciador, antes da emissão da primeira licença prevista, ao órgão responsável pela administração da UC que se manifestará, conclusivamente, após avaliação dos estudos ambientais exigidos dentro do procedimento de licenciamento ambiental, no prazo de até 90 dias, a partir do recebimento da solicitação.
- (E) O órgão ambiental licenciador deverá, antes de emitir os termos de referência do EIA/RIMA, consultar formalmente o órgão responsável pela administração da UC, quanto à necessidade e ao conteúdo exigido de estudos específicos relativos a impactos do empreendimento na UC e na respectiva ZA, o qual se manifestará no prazo máximo de 30 dias úteis, contados do recebimento da consulta.

28. A Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, institui o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), além de dar outras providências. De acordo com a referida lei, é correto afirmar que

- (A) o Poder Público poderá, com base em condicionantes socioambientais definidas em regulamento, regularizar posses de comunidades locais sobre as áreas por elas tradicionalmente ocupadas ou utilizadas, que sejam imprescindíveis à conservação dos recursos ambientais essenciais para sua reprodução física e cultural, por meio de concessão de direito real de uso ou outra forma admitida em lei, dispensada licitação.
- (B) o Plano Anual de Outorga Florestal (Paof) para concessão florestal, considerará a inclusão das unidades de conservação de proteção integral, das reservas de desenvolvimento sustentável, das reservas extrativistas, das reservas de fauna e das áreas de relevante interesse ecológico, salvo quanto a atividades expressamente admitidas no plano de manejo da unidade de conservação.
- (C) os produtos de uso tradicional e de subsistência para as comunidades locais serão incluídos no objeto da concessão e explicitados no edital, juntamente com a definição das restrições e da responsabilidade pelo manejo das espécies das quais derivam esses produtos, bem como por eventuais prejuízos ao meio ambiente e ao poder concedente.
- (D) a concessão florestal terá como objeto a exploração de produtos e serviços florestais, contratualmente especificados, em unidade de manejo de floresta privada, com perímetro georreferenciado, registrada no respectivo cadastro de florestas privadas e incluída no lote de concessão florestal.
- (E) o direito de comercializar créditos de carbono e serviços ambientais não poderá ser incluído no objeto da concessão.

29. A Política Estadual de Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo, prevista na Lei Estadual nº 4.701/1992, pretende formular estratégias para a proteção do meio ambiente e gestão dos recursos ambientais, e diretrizes para o seu detalhamento em planos setoriais e de acompanhamento e avaliação. O Poder Público Estadual elaborará, e implementará a Política Estadual de Meio Ambiente que concilie a ação da administração e o fomento à ação de iniciativa privada, para atingir os objetivos, princípios e proteção estabelecidos nesta Lei e demais normas legais pertinentes. Com relação à lei citada, identifique a alternativa incorreta.

- (A) Compete ao Poder Público exigir a recuperação das áreas de reserva legal degradadas.
- (B) Compete ao Poder Público promover o desenvolvimento de tecnologias agrícolas de conservação do solo, contempladas as peculiaridades fisiográficas regionais.
- (C) Compete ao Poder Público pesquisar as relações entre as atividades agrícolas de alta utilização dos insumos químicos e a qualidade da água dos aquíferos subterrâneos.
- (D) Compete ao Poder Público o estabelecimento de padrões mínimos de emissão, consentâneos com a natureza das atividades emitidas no local.
- (E) Compete ao Poder Público efetuar levantamento que demonstre a distribuição das espécies animais, os desequilíbrios populacionais e as espécies raras, vulneráveis e em perigo de extinção, visando implantar medidas de manejo, controle e proteção.

30. No Brasil, a responsabilidade ambiental tem grande respaldo judicial, principalmente por meio da Lei nº 9.605/1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais. A norma serve como instrumento de proteção, e também de recuperação do meio ambiente. Por esta incumbência ser dividida em três esferas, o Direito Penal é aplicado quando os outros mecanismos, civil e administrativo, não são suficientes para proteção ambiental. É possível afirmar que esta se trata de uma lei que incentiva à reparação dos danos, ou seja, é uma legislação reparadora, e, além disso, estimula a prevenção do meio ambiente. No que concerne à Lei em questão, assinale a alternativa correta.

- (A) Desmatar, explorar economicamente ou degradar floresta, plantada ou nativa, em terras de domínio público ou devolutas, sem autorização do órgão competente, ocasiona pena de reclusão de 1 (um) a 2 (dois) anos e multa.
- (B) Nos crimes previstos nesta Lei, a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a 5 (cinco) anos.
- (C) Pescar mediante a utilização de substâncias tóxicas, ou outro meio proibido pela autoridade competente ocasiona pena de reclusão de 1 (um) ano a 2 (dois) anos.
- (D) Nos crimes contra a flora, a pena é aumentada de um sexto a um terço se o crime for cometido durante a noite, em domingo ou feriado.
- (E) Nos crimes contra a fauna, a pena é diminuída de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

31. As unidades de conservação (UC) são áreas territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, criadas e protegidas pelo Poder Público com objetivos voltados à preservação de espécies e à promoção de atividades educativas que visem à sensibilização ambiental. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), criado pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, corresponde ao conjunto de Unidades de Conservação (UCs) federais, estaduais e municipais. De acordo com a referida Lei apresentada, especifique a afirmativa correta.

- (A) O grupo das Unidades de Uso Sustentável é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.
- (B) A Floresta Nacional disporá de um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes.
- (C) Constituem o Grupo das Unidades de Proteção Integral as seguintes categorias de unidade de conservação: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.
- (D) A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.
- (E) A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local, e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

32. A Lei Estadual nº 7.058/2002 dispõe sobre a fiscalização, infrações e penalidades relativas à proteção ao meio ambiente no âmbito da Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente. Sobre a referida Lei, assinale a alternativa correta.

- (A) As penalidades poderão ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por iniciativa própria, se obrigar à adoção de medidas específicas para cessar, corrigir, indenizar e/ou compensar a ação poluidora e/ou degradadora do meio ambiente. Cumpridas as obrigações assumidas pelo infrator, a penalidade será considerada sem efeito e, no caso de multa, poderá ser reduzida em até 95% (noventa e cinco por cento).
- (B) No caso de reincidência específica ou genérica, a multa a ser imposta pela prática da nova infração, será de valor correspondente ao triplo e ao dobro, respectivamente, independentemente de ter sido ou não aplicada a multa correspondente à infração anterior e mesmo que aquela tenha sido convertida em serviços ou doação de bens.
- (C) A multa diária incidirá a partir do primeiro dia subsequente à notificação do infrator e será devida até que seja corrigida a irregularidade, porém, não ultrapassará 60 (sessenta) dias.
- (D) A multa simples variará de R\$ 50,00 (cinquenta reais) a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).
- (E) A multa diária variará de R\$ 50,00 (cinquenta reais) a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por dia.

33. Sobre a Lei nº 9.462/2010, a qual institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SISEUC), estabelecendo critérios e normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação no Estado do Espírito Santo, identifique a alternativa correta.

- (A) Um dos objetivos do SISEUC é proteger paisagens naturais de notável beleza cênica, com exceção das alteradas.
- (B) O SISEUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação estaduais e municipais existentes, não incluindo as particulares.
- (C) Os órgãos executores do SISEUC são o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), órgãos municipais com a função de programar o SISEUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação estaduais ou municipais, nas respectivas esferas de atuação.
- (D) O órgão central do SISEUC é o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), com a atribuição de acompanhar a implementação do Sistema.
- (E) O órgão consultivo e deliberativo do SISEUC é a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA), com a finalidade de coordenar o Sistema.

34. Instituída pela Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, que ficou conhecida como Lei das Águas, a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) deu maior abrangência ao Código de Águas, de 1934, que centralizava as decisões sobre gestão de recursos hídricos no setor elétrico. Ao estabelecer como fundamento o respeito aos usos múltiplos e como prioridade o abastecimento humano e dessedentação animal em casos de escassez, a referida lei, deu outro passo importante tornando a gestão dos corpos hídricos democrática. Identifique a alternativa que traz circunstância, de acordo com a lei supracitada, em que a outorga de direito de uso de recursos hídricos não poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado.

- (A) Ausência de uso por 2 (dois) anos consecutivos.
- (B) Não cumprimento, pelo outorgado, dos termos da outorga.
- (C) Necessidade de se prevenir ou reverter grave degradação ambiental.
- (D) Necessidade de se atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas.
- (E) Necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas.

35. O Decreto Federal nº 8.437/2015 estabelece, em cumprimento ao disposto no art. 7º, *caput*, inciso XIV, “h”, e parágrafo único, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, a tipologia de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União. De acordo com o art. 3º da referida Lei, determine os seguintes empreendimentos ou atividades que **não** serão licenciados, pelo órgão ambiental federal competente.

- (A) Portos organizados, exceto as instalações portuárias que movimentem carga em volume inferior a 450.000 TEU /ano ou a 15.000.000 ton/ano.
- (B) Em hidrovias federais, voltadas a ampliação de sua capacidade cujo somatório dos trechos de intervenções seja menor que duzentos quilômetros de extensão.
- (C) Produção, compreendendo as atividades de perfuração de poços, implantação de sistemas de produção e escoamento, quando realizada no ambiente marinho e em zona de transição terra-mar (*offshore*).
- (D) Exploração e avaliação de jazidas, compreendendo as atividades de aquisição sísmica, coleta de dados de fundo (*piston core*), perfuração de poços e teste de longa duração quando realizadas no ambiente marinho e em zona de transição terra-mar (*offshore*).
- (E) Produção, quando realizada a partir de recurso não convencional de petróleo e gás natural, em ambiente marinho e em zona de transição terra-mar (*offshore*) ou terrestre (*onshore*), compreendendo as atividades de perfuração de poços, fraturamento hidráulico e implantação de sistemas de produção e escoamento.

36. No artigo 1º da Resolução CONAMA nº 009/1987 está descrito que a audiência pública, tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), dirimindo dúvidas e recolhendo, dos presentes, as críticas e sugestões a respeito. Com base na referida Resolução, assinale a afirmativa correta.

- (A) No caso de haver solicitação de audiência pública e na hipótese do Órgão Estadual não realizá-la, a licença terá validade de 6 (seis) meses.
- (B) Apesar da localização geográfica dos solicitantes e da complexidade do tema, não poderá haver mais de uma audiência pública sobre o mesmo projeto e respectivo RIMA.
- (C) Após o prazo de no mínimo 30 dias, a convocação será feita pelo Órgão licenciador, através de correspondência registrada aos solicitantes e da divulgação em órgãos da imprensa local.
- (D) O Órgão de Meio Ambiente, a partir da data do recebimento do RIMA, fixará em edital e anunciará pela imprensa local a abertura do prazo que será no mínimo de 30 dias, para solicitação de audiência pública.
- (E) Sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos, o Órgão do Meio Ambiente promoverá a realização de audiência pública.

37. Segundo a Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986, dependerá de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente. Com base na referida Resolução, identifique a alternativa **incorreta**.

- (A) Os órgãos ambientais competentes e os órgãos setoriais do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) deverão compatibilizar os processos de licenciamento com as etapas de planejamento e implantação das atividades modificadoras do meio ambiente, respeitados os critérios e diretrizes estabelecidos por esta Resolução e tendo por base a natureza, o porte e as peculiaridades de cada atividade.
- (B) Correrão por conta do proponente do projeto todas as despesas e custos referentes à realização do estudo de impacto ambiental, tais como: coleta e aquisição dos dados e informações, trabalhos e inspeções de campo, análises de laboratório, estudos técnicos e científicos e acompanhamento e monitoramento dos impactos, elaboração do RIMA e fornecimento de pelo menos 2 (duas) cópias.
- (C) O RIMA deve ser apresentado de forma objetiva e adequada a sua compreensão. As informações devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possam entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implementação.
- (D) Uma das atividades técnicas que deverá ser desenvolvida no EIA é a definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.
- (E) O órgão estadual competente, ou o IBAMA ou, quando couber, o Município terá um prazo para se manifestar de forma conclusiva sobre o RIMA apresentado.

38. O licenciamento ambiental trata-se de uma exigência legal e uma ferramenta do poder público para o controle ambiental. Através dele, representado por órgãos ambientais, o poder público autoriza e acompanha a implantação e a operação de atividades que utilizam recursos naturais ou que sejam consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras. Em muitos casos, consiste em um desafio para o setor empresarial, visto que é da obrigação do empreendedor, prevista em lei, buscar a licença junto ao órgão competente, desde as etapas iniciais de seu planejamento e instalação, até a sua efetiva operação. Algumas definições e informações muito importantes, para uma melhor compreensão do processo do referido licenciamento, podem ser encontradas na Resolução CONAMA 237/1997, a qual dispõe sobre procedimentos e critérios utilizados e no exercício da competência, bem como as atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental. Com relação ao tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Licença Ambiental trata-se de um procedimento administrativo, pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras.
- (B) Licenciamento Ambiental se refere ao ato administrativo, pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor para localizar, instalar, ampliar e operar.
- (C) O prazo de validade da Licença de Operação (LO) deverá considerar os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, 4 (quatro) anos e, no máximo, 10 (dez) anos.
- (D) O prazo de validade da Licença Prévia (LP) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos.
- (E) O prazo de validade da Licença de Instalação (LI) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 8 (oito) anos.

39. A Resolução CONAMA nº 006/1986 dispõe sobre a aprovação de modelos para publicação de pedidos de licenciamento. Com base na referida Resolução, para publicação dos pedidos de licença, renovação e respectivas concessões, em quaisquer de suas modalidades, **não** deverão constar o(a)

- (A) orçamento do projeto de desenvolvimento da atividade.
- (B) local de desenvolvimento da atividade.
- (C) modalidade da licença requerida.
- (D) prazo de validade de licença.
- (E) finalidade da licença.

40. O mundo está enfrentando uma crise ambiental sem precedentes. Em diversas regiões, as formas de uso do solo praticadas ao longo dos últimos séculos degradaram os recursos naturais e agravaram a vulnerabilidade social. No meio rural, o desmatamento e as atividades agropecuárias praticadas de forma predatória vêm causando extinção de espécies de plantas e animais, redução da quantidade e qualidade de água disponível, aumento de temperatura, mudanças no regime de chuvas, diminuição da produtividade agrícola, erosão do solo e até mesmo a desertificação de extensas áreas. Tal degradação ameaça inclusive a própria permanência dos seres humanos nestas regiões, fazendo com que populações rurais se desloquem para as cidades à procura de emprego, o que agrava os problemas sociais, econômicos, ambientais e inclusive culturais com a perda da identidade camponesa, gerando um ciclo vicioso. Mediante tal perspectiva, áreas em processo de restauração podem desempenhar funções socioambientais importantes, como: segurança e soberania alimentar e também nutricional; geração de renda; aumento da qualidade de vida; e manutenção dos recursos hídricos, do equilíbrio climático e da biodiversidade, dentre outras. Ao viabilizar a restauração ecológica com os meios de vida, os agricultores deixam de ser agentes que geram o problema e passam a ser agentes que trazem a solução. No que concerne à restauração da biodiversidade e dos benefícios da natureza, identifique a alternativa correta.

- (A) A restauração de áreas degradadas é um dos objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).
- (B) Áreas em paisagens com menos de 50% de cobertura de vegetação nativa ou que não tenham manchas de vegetação nativa num raio de 200 metros, têm baixíssima resiliência de paisagem.
- (C) Em Áreas de Preservação Permanente (APP) de grandes propriedades ou nas Unidades de Conservação (UC) de Proteção Integral, o objetivo está mais relacionado com a recuperação e, em áreas de Reserva Legal (RL) ou UC de Uso Sustentável, pela possibilidade de introdução de espécies exóticas e de uso econômico, o objetivo está mais próximo das ações de restauração.
- (D) O potencial de regeneração natural de uma área ocorre em função de seu histórico de uso (resiliência local) e das condições da paisagem, especialmente da cobertura vegetal nativa, da paisagem em que se insere (resiliência da paisagem). Áreas que tiveram a vegetação nativa totalmente removida, com eliminação do banco de sementes e estruturas subterrâneas, têm alta resiliência local.
- (E) No caso das Unidades de Conservação de Proteção Integral, exceto para as categorias Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre, a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) permite que sejam introduzidas espécies exóticas. O objetivo, portanto, deve ser sempre o de ter um ecossistema composto por espécies nativas, ainda que espécies exóticas de ciclo de vida curto (e não invasoras) possam ser utilizadas nos estágios iniciais das ações de restauração para favorecer o processo de restauração da vegetação nativa.

41. O Brasil está entre os países com os maiores índices de biodiversidade encontrados no globo terrestre. A grande extensão territorial, sua posição geográfica no globo e suas bacias hidrográficas influenciaram para que o país possuísse uma das maiores diversidades biológicas do planeta. Por tamanha complexidade e variedade biológica existente, o estudo da biodiversidade brasileira torna-se uma tarefa muito difícil de ser computada, tornando-se um dos maiores desafios do final do século XX e do início do século XXI. As complicações para este tipo estudo, geralmente se originam por intervenções antrópicas, fragmentação de habitats, desmatamento, agricultura, implantação de rodovias, estradas e expansão de cidades. Esses fatores, que reduzem os ecossistemas, podem levar as espécies à extinção e são oriundos, em sua maioria, das atividades humanas. Considerando aspectos e fundamentos da Biologia da Conservação, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Outro problema oriundo dos fracionamentos de floresta é o isolamento das “ilhas de fragmentos”. Uma proposta para aliviar o efeito dos isolamentos desses micro-habitats são os corredores ecológicos ou corredores de biodiversidade, cuja função é conectar essas frações, possibilitando o fluxo de animais entre as “ilhas”.
- (B) Nas paisagens fragmentadas, além da perda da biodiversidade, ocorre também diminuição dos biomas, quebras dos fluxos ecológicos, mudanças na mortalidade e natalidade de espécies, alteração na polinização, especiação, competição, predação, mutualismo, perda da variedade genética e por fim, a extinção das espécies.
- (C) Um efeito da fragmentação da paisagem é a criação de manchas isoladas ao redor de ambientes não florestais ou “matriz inter-habitat”, nos quais, as bordas desses fragmentos, por estarem expostas a alterações bióticas, abióticas e ecológicas, diferem das matas interiores dos fracionamentos florestais, pois ficam expostas a inúmeros fatores de estresse como aumento da insolação, vento e umidade.
- (D) Outro fator do efeito de borda, além da mudança do microclima, é a eliminação da vegetação típica da mata. Com isto, plantas exóticas conseguem se estabelecer nas bordas, disputando por recursos com os indivíduos característicos do habitat, modificando a densidade das plantas. Com o estabelecimento maior das exóticas, animais não típicos conseguem se adaptar nessas bordas competindo, com outros, e eliminando e/ou predando organismos, até então, nativos do local.
- (E) Para habitats fragmentados, o efeito de borda pode ser considerado como um dos principais fatores que afetam populações vegetais e animais. Três tipos principais deste efeito podem ser reconhecidos: os abióticos (aumento dos ventos, variação na temperatura, etc.); os biológicos diretos (herbívora, predação, parasitismo, dispersão e polinização); e os biológicos indiretos (aumento da densidade de indivíduos devido à maior produtividade primária causada pelos altos níveis de radiação solar).

42. De acordo com a Convenção Sobre Diversidade Biológica – CDB, principal fórum mundial de discussão sobre a temática, a biodiversidade envolve toda a variabilidade taxonômica, genética e funcional dos organismos, compreendendo genes, espécies e ecossistemas. Essa variação pode ser percebida em diversas escalas de observação, desde uma simples mutação genética em uma população da mesma espécie, até o conjunto de ecossistemas terrestres e aquáticos de toda a biosfera. No cotidiano, a diversidade biológica é percebida nas diferenças de forma, coloração, funcionalidades e até comportamentos dos organismos que observamos no mundo. Ademais, ela está ligada, direta ou indiretamente, a quase tudo que fazemos, incluindo nossa alimentação, saúde, bem-estar e segurança. Tudo está interligado por meio de processos ecológicos e evolutivos que ocorrem há bilhões de anos, os quais resultaram na atual biodiversidade, a qual apresenta como causas de sua redução a perda e fragmentação de habitat, mudanças climáticas, superexploração de recursos naturais, poluição e introdução de espécies invasoras. Todas elas estão ligadas às atividades humanas, incluindo a expansão rural e urbana. Sobre as principais causas da crise da diversidade biológica assinale a afirmativa incorreta.

- (A) As monoculturas, utilizadas no agronegócio, consistem em uma das principais causas da perda remanescente de vegetação nativa e contaminação de solos e sistemas aquíferos.
- (B) As bioinvasões ou invasões biológicas são processos que envolvem o transporte, estabelecimento e a expansão territorial ou populacional de espécies fora de sua área ou ambiente de distribuição natural.
- (C) Com a supressão de habitats naturais para expansão da agricultura, altera-se o funcionamento e a resiliência dos ecossistemas, dificultando a proliferação de espécies exóticas em áreas rurais e urbanas.
- (D) As consequências ecológicas da perda de biodiversidade são as relacionadas a mudanças no funcionamento dos ecossistemas, em decorrência da alteração dos processos de fluxo de matéria e energia, ligados à atividade biológica.
- (E) Áreas rurais e urbanas desempenham um papel chave, pois são as principais fontes das causas de perda de biodiversidade no planeta, e ao mesmo tempo as áreas de maior oportunidade para mudança de hábitos em larga escala populacional e territorial, em prol da proteção da diversidade biológica.

43. Espécies Exóticas Invasoras (EEIs) são aquelas que ocorrem fora de sua área de distribuição natural cuja introdução e/ou dispersão ameaçam a diversidade biológica, de acordo com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Normalmente, estas espécies apresentam vantagem competitiva sobre as nativas, o que permite sua rápida proliferação e expansão. São reconhecidas como uma das principais causas da perda de diversidade biológica, em especial em Unidades de Conservação (UCs) e ilhas oceânicas. Os impactos das referidas espécies podem ocorrer em diversos níveis, seja alterando a composição e a estrutura da comunidade, excluindo espécies nativas ou modificando processos ecológicos. Portanto, a presença dessas, ameaça a biodiversidade original e os ambientes naturais, especialmente em UCs federais. Assinale algumas medidas preventivas que **não** podem ser adotadas para prevenir a introdução e a dispersão de espécies exóticas invasoras em Unidades de Conservação.

- (A) Identificar os focos de ocorrência de espécies exóticas invasoras no entorno da UC e analisar o risco de introdução através de vetores e vias de dispersão, a fim de cortar as vias e vetores de chegada sempre que possível.
- (B) Envolver os departamentos de estradas de rodagem no controle de espécies exóticas invasoras nas estradas de acesso às UCs, para que o controle seja realizado nas épocas do final da floração, a fim de aumentar sua eficácia.
- (C) Articular e sensibilizar a população residente e do entorno da UC para substituir plantas exóticas invasoras cultivadas, plantadas para fins secundários (sombra, ornamentais, cerca viva) ou de ocorrência em áreas privadas por espécies nativas ou exóticas não invasoras.
- (D) Identificar áreas de criação e cultivo de espécies exóticas na UC e entorno bem como estimular a substituição destas, por espécies nativas. Quando esta substituição não for viável, articular e sensibilizar os responsáveis quanto a estratégias de prevenção de fugas e dispersão de propágulos, a partir das áreas de produção ou criação.
- (E) Informar visitantes sobre os riscos de introdução de espécies exóticas e solicitar que, antes ou ao entrar na Unidade de Conservação, limpem os calçados, barras de calças e mochilas para assegurar que não estejam carregando sementes ou invertebrados. E também, solicitar que não deixem restos de comida, não levem animais de estimação e não deixem nenhum resíduo, nem de alimentos.

44. A instituição de áreas naturais protegidas constitui relevante ferramenta para a conservação de biomas, ecossistemas e espécies de fauna e flora, em especial pela clara delimitação dos seus limites e pela regulamentação do uso e ocupação do território, segundo as características socioambientais locais e os objetivos de manejo e gestão definidos conforme o nível de proteção desejado para cada área, consistindo em importante ferramenta para gestão da biodiversidade e dos recursos naturais. Sobre o tema em questão, identifique e a alternativa correta.

- (A) A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.
- (B) O Parque Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem, como objetivo básico, o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.
- (C) A Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estes habitantes.
- (D) A Floresta Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
- (E) A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

45. Os serviços ecossistêmicos são benefícios fundamentais para a sociedade, gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais, refletindo diretamente na qualidade de vida das pessoas. Existe grande potencial nos serviços ecossistêmicos, e na sua valoração, para produtos da sociobiodiversidade. Eles podem oferecer aos manejadores florestais um incentivo adicional para a manutenção da floresta em pé – em vez de buscarem ganhos econômicos pelo desmatamento e degradação florestal. Além disso, ferramentas sérias de verificação podem aumentar a confiança de governos, investidores e compradores envolvidos nos mercados de serviços ecossistêmicos, e fornecer a oportunidade para que comuniquem seu compromisso com a melhoria das florestas. A abordagem Integração de Serviços Ecossistêmicos (ISE) oferece uma metodologia estruturada para ajudar os planejadores de desenvolvimento a considerarem os riscos e as oportunidades que surgem a partir da dependência e do impacto do plano de desenvolvimento sobre os ecossistemas. É uma abordagem flexível e simples de usar, aplicável à maioria dos contextos, em qualquer nível ou escala, embora mais relevante nos níveis local e subnacionais. Assinale a alternativa que não corresponde a uma orientação para planejadores do desenvolvimento do manual ISE.

- (A) Compreender a independência e o impacto das pessoas sobre os serviços ecossistêmicos.
- (B) Desenvolver estratégias e medidas para gerenciar as oportunidades e os riscos identificados.
- (C) Desenvolver um plano de trabalho para implementar as estratégias e as medidas selecionadas.
- (D) Identificar serviços ecossistêmicos e ecossistemas associados que sejam cruciais para o sucesso de um processo de desenvolvimento.
- (E) Avaliar as condições e tendências dos serviços ecossistêmicos e os riscos bem como oportunidades resultantes para o plano de desenvolvimento.

46. As espécies exóticas invasoras têm sido transportadas, de forma intencional e acidental, entre regiões, países e ecossistemas num ritmo crescente devido à intensificação do comércio, de viagens e do turismo. Estão presentes em praticamente todos os ecossistemas, ameaçando a sobrevivência de espécies nativas e o equilíbrio dos ambientes naturais. Por esse motivo, estas espécies configuram entre as principais causas diretas de perda de biodiversidade e extinção de espécies, juntamente com mudanças climáticas, perda de habitat, sobre-exploração e poluição, fatores, os quais, podem ter efeitos negativos sinérgicos. Sobre o manejo de espécies de plantas invasoras, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) No método químico, a aplicação dos produtos químicos é pontual, diretamente sobre o toco recém cortado.
- (B) Métodos de controle mecânico envolvem a remoção manual de plantas por meio de técnicas como arranquio, corte e roçada.
- (C) No método preventivo, busca-se impedir a entrada e o estabelecimento de novas espécies, evitando a produção de propágulos em áreas livres de infestação.
- (D) No controle cultural busca-se favorecer, ao máximo, os cultivos estabelecidos em detrimento da planta invasora, desde que não se utilize plantas que apresentem rápido crescimento inicial e sejam estabelecidas em arranjos e densidades adequados para promover o rápido sombreamento da superfície do solo.
- (E) Métodos de controle mecânico são mais recomendados para invasões iniciais e de pequena escala ou para o controle da densidade e da abundância da espécie-alvo, tendo em vista que são sempre muito trabalhosos e de alto custo, pois devem ser repetidos por muitos anos até que todos os indivíduos sejam removidos.

47. Restauração ecológica é o processo de auxiliar o restabelecimento de um ecossistema após uma perturbação ou degradação. Esta definição, estabelecida pela *Society for Ecological Restoration* (SER), é reconhecida pela Sociedade Brasileira de Restauração Ecológica (SOBRE) e incorporada nas políticas do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Sobre o tema, designe a alternativa correta.

- (A) Onde o potencial de regeneração natural é baixo ou inexistente, é necessária a restauração com manejo, em que espécies nativas são aportadas, ativamente, em toda a extensão da área e, em geral, em alta densidade.
- (B) Quando há elevado potencial de regeneração natural temos a restauração sem manejo, que consiste em deixar a área se regenerar por si mesma, com intervenções voltadas apenas a isolar a área de fatores de degradação, como evitar fogo e entrada de gado, por exemplo.
- (C) A sucessão primária é o processo de mudança na comunidade após o distúrbio ou degradação. Ao longo do tempo, a biomassa e a diversidade aumentam, a composição se altera da predominância de espécies pioneiras a maior participação de espécies tardias e há recuperação do solo, microclima e da fauna típicos de ecossistemas maduros.
- (D) Em áreas com potencial intermediário de regeneração natural, que têm regenerantes, no entanto impedidos de se desenvolverem pela presença de espécies dominantes, em geral exóticas invasoras, é preciso intervir para facilitar o processo de regeneração, com ações tais como capina e plantio de nativas – é chamado de plantio em área total.
- (E) A sucessão secundária é a observada onde não há uma comunidade vegetal (ou já não havia, ou foi removida) e não há sequer a estrutura de solo. Um exemplo são as áreas mineradas, onde não se espera uma cobertura vegetal sobre rochas desnudas. É necessário aportar o solo à área ou promover um processo de estabelecimento de plantas especializadas nos ambientes rochosos.

48. Corredor ecológico ou corredor de biodiversidade é uma faixa de vegetação que liga fragmentos florestais ou unidades de conservação separadas pela atividade humana, apresentando como principal objetivo, possibilitar o deslocamento da fauna entre as áreas isoladas e garantir a troca genética entre as espécies. Com relação ao tema exposto, é correto afirmar que

- (A) as Áreas de Preservação Permanente (APPs) não podem servir como corredores ecológicos.
- (B) os corredores ecológicos não são reconhecidos, oficialmente, por lei, como instrumentos de gestão territorial para manter processos ecológicos em escalas de paisagem.
- (C) um Corredor Florestal é uma unidade de planejamento de abrangência regional que une fragmentos florestais de maior dimensão e não muito distantes entre si, quase sempre pertencentes a uma mesma unidade fitossociológica.
- (D) os fragmentos de pequenas áreas são como trampolins ecológicos (*stepping stones*), ou seja, servem de ligação entre os fragmentos de grandes áreas, biodiversidade, entre outros, melhorando o nível de homogeneidade da matriz e servindo como abrigo de espécies endêmicas.
- (E) os corredores ecológicos são “cordões de vegetação nativa” que vinculam fragmentos. Esta estratégia é vista como uma possível solução para potencializar a capacidade das espécies de se movimentarem por entre as áreas fragmentadas, aumentando o número de espécies em cada um deles, representando um conector de unidades de conservação ou de fragmentos, importante para a manutenção da biodiversidade.

49. A expressão “diversidade biológica” é utilizada desde a década de 1980 e, inicialmente, fazia referência apenas ao número de espécies que viviam uma determinada região, ou seja, à quantidade de animais, plantas e micro-organismos de uma área. Seu significado tornou-se, com o tempo, mais complexo, incluindo, também, outros aspectos de diversidade, como a diversidade genética entre os organismos. Em 1986, o entomologista E. O. Wilson, utilizou o termo biodiversidade em substituição à referida expressão. Levando em consideração as estratégias para conservação da diversidade biológica, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) No Brasil, dois biomas são classificados como *hotspots* de biodiversidade: Cerrado e Mata Atlântica.
- (B) A implantação de corredores de biodiversidade constitui a principal estratégia empregada no direcionamento de ações de conservação em *hotspots*.
- (C) Os *hotspots* são a interseção de uma elevada concentração de espécies não encontradas em nenhuma outra parte e de níveis, extraordinariamente, elevados de destruição de habitat.
- (D) Para se qualificar como um *hotspot* de biodiversidade, uma área deve conter pelo menos 1.500 espécies de plantas vasculares encontradas em nenhum outro lugar na Terra, conhecidas como espécies “endêmicas”.
- (E) Para se qualificar como um *hotspot* de biodiversidade, uma área deve ter perdido pelo menos 50% de sua vegetação nativa primária (ou seja, deve ter menos de 50% de sua vegetação original).

50. Diversidade biológica ou biodiversidade são expressões que se referem à variedade da vida no planeta, ou à propriedade dos sistemas vivos de serem distintos. Engloba as plantas, os animais, os microrganismos, os ecossistemas e os processos ecológicos em uma unidade funcional. Inclui, portanto, a totalidade dos recursos vivos, ou biológicos, e, em especial, dos recursos genéticos e seus componentes, propriedade fundamental da natureza e fonte de imenso potencial de uso econômico. É também o alicerce das atividades agrícolas, pecuárias, pesqueiras, extrativistas e florestais e a base estratégica para a indústria da biotecnologia. A conservação global da biodiversidade significa maior segurança para os programas relacionados à produção agrícola e à conservação biológica, bem como para a segurança alimentar, constituindo-se em um componente essencial para o desenvolvimento sustentável e para a própria manutenção da diversidade genética das espécies com importância socioeconômica atual e potencial. No que concerne aos aspectos de conservação e manejo de populações e de metapopulações *in situ* e *ex situ*, assinale a alternativa correta.

- (A) O método de conservação *ex situ* implica na paralisação dos processos evolutivos, além de depender de ações permanentes do ser humano, visto concentrar grandes quantidades de material genético em um mesmo local, o que torna a coleção bastante vulnerável.
- (B) Conservação *ex situ* é definida como sendo a conservação dos ecossistemas e dos habitats naturais, a manutenção e a reconstituição de populações viáveis de espécies nos seus ambientes naturais e, no caso de espécies domesticadas e cultivadas, nos ambientes onde desenvolveram seus caracteres distintos.
- (C) A conservação *in situ* implica na manutenção das espécies fora de seu habitat natural e tem como principais características preservar genes por séculos, permitir que em apenas um local seja reunido material genético de muitas procedências, facilitando o trabalho do melhoramento genético, e garantir melhor proteção à diversidade intraespecífica, especialmente de espécies de ampla distribuição geográfica.
- (D) A conservação *ex situ* trata da manutenção de recursos genéticos em câmaras de conservação de sementes (-20 °C), cultura de tecidos (conservação *in vitro*), criogenia - para o caso de sementes recalcitrantes, (-196 °C), laboratórios - para o caso de microrganismos, a campo (conservação *in vivo*), bancos de germoplasma - para o caso de espécies vegetais, ou em núcleos de conservação, para o caso de espécies animais.
- (E) A conservação *ex situ* apresenta algumas vantagens, tais como permitir que as espécies continuem seus processos evolutivos, favorecer a proteção e a manutenção da vida silvestre, apresentar melhores condições para a conservação de vegetais e animais silvestres, oferecer maior segurança na sua conservação, com sementes recalcitrantes e conservar os polinizadores e dispersores de sementes.

51. O manejo de fauna silvestre é um conjunto de técnicas sustentáveis que auxilia sua conservação, de acordo com seu status. É uma ciência aplicada que se apoia na ecologia, zoologia, botânica, etologia, geografia, zootecnia e na medicina veterinária. Além disso, para se realizar as análises de dinâmica populacional e outros fatores necessários para a ocorrência do referido manejo, são necessárias fundamentações matemáticas, especialmente, a estatística. Aquele que se classifica em cativeiro, corresponde à intervenção humana de forma sistemática, visando manter e recuperar populações silvestres reclusas para diminuir a pressão de retirada de espécies da natureza, ofertando à sociedade animais com origem legal, dentro do princípio da sustentabilidade. Sobre o tema exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) Mantenedouro de fauna silvestre é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, sem fins lucrativos, com a finalidade de criar e manter espécimes da fauna silvestre em cativeiro, sendo permitida a reprodução, exposição e alienação.
- (B) Jardim Zoológico é o empreendimento de pessoa jurídica, constituído de coleção de animais silvestres mantidos vivos em liberdade e expostos à visitação pública, para atender a finalidades científicas, conservacionistas, educativas e socioculturais.
- (C) Centro de triagem de fauna silvestre é o empreendimento de pessoa jurídica de direito público ou privado, com finalidade de receber, identificar, marcar, triar, avaliar, recuperar, reabilitar e destinar fauna silvestre proveniente da ação da fiscalização, resgates ou entrega voluntária de particulares, sendo permitida a comercialização.
- (D) Centro de reabilitação da fauna silvestre nativa é o empreendimento de pessoa jurídica de direito público ou privado, com finalidade de receber, identificar, marcar, triar, avaliar, recuperar, reabilitar e destinar espécimes da fauna silvestre nativa para fins de reintrodução no ambiente natural, sendo vedada a comercialização.
- (E) Criadouro científico para fins de conservação é o empreendimento de pessoa jurídica, ou pessoa física, sem fins lucrativos, vinculado a plano de ação ou de manejo reconhecido, coordenado ou autorizado pelo órgão ambiental competente, com finalidade de criar, recriar, reproduzir e manter espécimes da fauna silvestre nativa em cativeiro, para fins de realizar e subsidiar programas de conservação e educação ambiental, sendo vedada a comercialização e permitida a exposição.

52. A conservação da Natureza, entendida como a preservação dos diferentes níveis e componentes naturais da biodiversidade, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, tem vindo a afirmar-se como imperativo de ação política e de desenvolvimento cultural e socioeconômico em escala planetária. A conservação biológica, além de tentar compreender as consequências que os diversos tipos de impactos negativos trazem ao meio ambiente, também procura buscar formas de amenizar os danos. Existem várias estratégias de proteção à natureza, sendo a mais eficaz a criação de áreas protegidas, denominada conservação *in situ*. Com relação às estratégias de conservação de habitats e de espécies, assinale a afirmativa correta.

- (A) O modelo de conservação *ex situ* é considerado como um modelo de conservação “dinâmico”.
- (B) A conservação *ex situ* tem sido adotada como uma estratégia para preservar ecossistemas inteiros.
- (C) A conservação genética inclui o manejo e o monitoramento dos recursos genéticos de populações silvestres, dentro de áreas definidas para conservação ativa, a curto prazo.
- (D) A conservação *on farm* baseia-se somente na conservação do germoplasma existente, não considerando as condições que permitem o desenvolvimento de novos germoplasmas.
- (E) A variabilidade genética mantida no tipo de conservação *on farm* (quintais, roças e sistemas agroflorestais), onde há uma grande diversidade interespecífica e intraespecífica, mostra a valorização dessas comunidades em manter e amplificar a variação genética.

53. Os testes estatísticos podem ser divididos em dois grandes grupos, conforme fundamentam ou não os seus cálculos na premissa de que a distribuição de frequências dos erros amostrais é normal, as variâncias são homogêneas, os efeitos dos fatores de variação são aditivos e os erros independentes. Se tudo isso ocorrer, é muito provável que a amostra seja aceitavelmente simétrica, terá com certeza apenas um ponto máximo, centrado no intervalo de classe onde está a média da distribuição, e o seu histograma de frequências terá um contorno que seguirá aproximadamente o desenho em forma de sino da curva normal. O cumprimento desses requisitos condiciona, pois, a primeira escolha do pesquisador, uma vez que, se forem preenchidos, ele poderá utilizar a estatística paramétrica, cujos testes são, em geral, mais poderosos do que os da não-paramétrica, e, conseqüentemente, devem ter a preferência do investigador, quando o seu emprego for permitido. Sobre o tema apresentado, indique a afirmativa correta.

- (A) Somente as curvas normais possuem desvio-padrão.
- (B) O poder estatístico é maior nos testes não-paramétricos.
- (C) Os testes não-paramétricos são mais fáceis de serem ajustados.
- (D) Testes não-paramétricos requerem o pressuposto da distribuição de dados.
- (E) Os termos paramétrico e não-paramétrico referem-se à média e ao desvio-padrão, que são os parâmetros que definem as populações que apresentam distribuição anormal.

54. De acordo com o Decreto 4.039/2016, o qual atualiza as disposições sobre o Sistema de Licenciamento e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradadoras do Meio Ambiente (SILCAP), com aplicação obrigatória no Estado do Espírito Santo, é correto afirmar que

- (A) o prazo de validade das Licenças de Operação Corretiva (LOC) e de Regularização (LAR) será de, no mínimo, 3 (três) anos e, no máximo, de 8 (oito) anos.
- (B) o prazo de validade da Licença de Operação (LO) será de, no mínimo, de 3 (três) anos e, no máximo, de 12 (doze) anos, a critério da autoridade licenciadora competente.
- (C) o prazo de validade da Licença Ambiental Única (LAU) será, no mínimo, de 3 (três) anos, não podendo ultrapassar 12 (doze) anos, a critério da autoridade licenciadora competente.
- (D) o prazo de validade da Licença Ambiental de Adesão e Compromisso (LAC) será, no mínimo, de 4 (quatro) anos, não podendo ultrapassar 10 (dez) anos, a critério da autoridade licenciadora competente.
- (E) as autorizações ambientais ordinárias serão concedidas pelo prazo máximo de 18 (dezoito) meses, sendo que, nos casos especiais, a exemplo de obras emergenciais de interesse público, não poderão ultrapassar o prazo fixado no respectivo cronograma operacional.

55. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) são documentos técnicos multidisciplinares que servem como uma avaliação ampla e completa sobre os impactos ambientais significativos de uma atividade. A legislação brasileira determina que alguns empreendimentos precisam adquirir o licenciamento ambiental emitido pelos órgãos competentes para o funcionamento do seu negócio. Para isso, é necessário realizar um levantamento adequado sobre todas as ocorrências que possam decorrer da sua atividade. Ou seja, um estudo dos impactos ambientais das atividades do empreendimento. Documentação esta, direcionada à sustentabilidade, à proteção e à conformidade ambientais, que viabilizam ou não, a implantação de um empreendimento próximo de áreas naturais, com paisagens ainda conservadas como rios, lagos, mar e unidades de conservação. No que concerne ao tema, indique a alternativa **incorreta**.

- (A) O Método Modelo de Simulação consiste em modelos de simulações computadorizadas com o uso de inteligência artificial ou modelos matemáticos, destinados a reproduzir tanto quanto possível o comportamento de parâmetros ambientais ou as inter-relações entre as causas e os efeitos de determinadas ações. É um método de grande utilidade em projetos de usos múltiplos, embora não possa ser aplicado depois de se ter dado início às operações de um projeto.
- (B) O Método da Superposição de Cartas consiste na confecção de cartas temáticas que são relativas aos fatores ambientais, potencialmente afetados pelas alternativas, tais como, tipo de solo, declividades, cobertura vegetal. As informações que resultam da superposição são resumidas segundo conceitos de fragilidade que originam as cartas de restrição ou de potencial de uso sob a forma de cartas de aptidão.
- (C) Os métodos de redes de interações estabelecem relações do tipo causa-condição-efeito, propiciando, relativamente, uma apreciável e sucinta identificação dos impactos e suas inter-relações, assim como a identificação dos impactos indiretos e suas inter-relações. Além disso, identifica impactos indiretos e secundários de forma subsequente ao impacto principal.
- (D) As listagens descritivas são utilizadas para orientar a elaboração das avaliações de impacto ambiental. Relacionam ações, componentes ambientais e as características que podem ser alteradas.
- (E) As listagens de controle são preparadas por especialistas que geram listagens de fatores ou componentes ambientais, passíveis de ser afetados pelas ações propostas.

56. A Instrução Normativa IEMA nº 05/2021 dispõe sobre as diretrizes, critérios técnicos e procedimentos administrativos da Autorização de Manejo de Fauna Silvestre (AMFS) nas etapas de levantamento, monitoramento, resgate, transporte e destinação da fauna silvestre, no âmbito do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), e institui o Cadastro Técnico de Profissionais de fauna Silvestre, e dá outras providências. No que concerne à referida Instrução, assinale a alternativa correta.

- (A) Espécimes de fauna silvestre exótica capturados durante os estudos poderão ser reintroduzidos no ambiente natural e deverão ser destinadas de acordo com proposta no Plano de Trabalho aprovado.
- (B) O requerimento de renovação da Autorização de Manejo de Fauna Silvestre (AMFS) deverá ser protocolado em até 45 (quarenta e cinco) dias antes do vencimento da AMFS vigente, ficando o empreendedor previamente autorizado a continuar as atividades descritas até a emissão de nova AMFS.
- (C) O IEMA terá o prazo de até 120 (cento e vinte) dias, a partir da data de formalização do requerimento de Autorização de Manejo de Fauna Silvestre (AMFS), para a análise e manifestação que, de forma motivada, poderá ser pela emissão da Autorização, pela exigência de complementação na forma de adequações e informações adicionais e pelo indeferimento da solicitação.
- (D) Quando houver supressão de vegetação nativa, em qualquer estágio de regeneração, ou em brejos e áreas naturalmente alagadas, a realização do resgate de fauna será obrigatória, sem impedimento a outras situações verificadas durante análise de impactos no processo de licenciamento, devendo a Autorização de Manejo de Fauna Silvestre (AMFS) ser obtida junto ao IEMA antes da execução.
- (E) É obrigatória a presença de médico veterinário na equipe técnica que realizará o Manejo de Fauna Silvestre na atividade de resgate, com especialidade em animais silvestres comprovada através da apresentação de no mínimo, 02 (duas) Anotações de Responsabilidade Técnica, publicações científicas e/ou curso de especialização em animais silvestres, devendo ser este um dos responsáveis técnicos, salvo quando dispensado pelo IEMA.

57. O Licenciamento Ambiental é o processo, por meio do qual ficam previamente autorizadas a construção, a instalação, a ampliação e o funcionamento de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental. Com relação temática abordada, identifique a alternativa **incorreta**.

- (A) A audiência pública é uma importante etapa do licenciamento ambiental, pois garante a participação popular na aprovação de empreendimentos e atividades, em regra, sujeitos à elaboração de EIA/RIMA.
- (B) A ata da(s) Audiência(s) Pública(s) e seus anexos não servem de base para a análise e parecer final do licenciador quanto à aprovação ou não do projeto, sendo considerado apenas o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).
- (C) As medidas compensatórias são aquelas destinadas a compensar impactos ambientais negativos, tomadas voluntariamente pelos responsáveis por esses impactos, ou exigidas pelo órgão ambiental competente. São destinadas a compensar efeitos irreversíveis que não podem ser evitados.
- (D) As condicionantes do licenciamento ambiental são cláusulas que estabelecem condições, restrições, medidas administrativas e ambientais que deverão ser observadas pelo empreendedor para o gerenciamento dos impactos ambientais, decorrentes da instalação e operação de empreendimentos e atividades objeto do licenciamento.
- (E) A Compensação Ambiental é um mecanismo financeiro que visa contrabalançar os impactos ambientais ocorridos ou previstos no processo de licenciamento ambiental. Trata-se, portanto, de um instrumento relacionado com a impossibilidade de mitigação e imposto pelo ordenamento jurídico aos empreendedores, sob a forma preventiva implícita nos fundamentos do Princípio do Poluidor-Pagador.

58. Com relação a Instrução Normativa IEMA nº 13-N, de 30 de dezembro de 2021, a qual estabelece procedimentos administrativos e critérios técnicos para o licenciamento ambiental de estradas, rodovias e obras afins, e revoga a “Instrução Normativa IEMA nº 5, de 9 de agosto de 2010”, assinale a afirmativa correta.

- (A) Com relação ao licenciamento ambiental por procedimento simplificado, as unidades de apoio provisórias poderão ser contempladas na mesma Licença por Adesão e Compromisso (LAC) da atividade fim, desde que sejam previstas no Relatório de Caracterização do Empreendimento (RCE) e estejam restritas ao limite de 1.000m (mil metros) do eixo central da estrada/rodovia, salvo quando localizada em área urbana consolidada.
- (B) Ficam sujeitas ao licenciamento ambiental por procedimento simplificado, as atividades de manutenção, melhoramento e pavimentação que demandem supressão de vegetação nativa, não havendo restrição quanto ao estágio inicial de regeneração, e/ou corte de árvores isoladas, nativas e/ou exóticas.
- (C) O estudo ambiental, exigível ao licenciamento das atividades sujeitas ao procedimento ordinário, será indicado por meio da inter-relação entre o Índice de Impacto Ambiental (IIA) e as classes do empreendimento/atividade, conforme apresentado no Anexo I da referida Instrução.
- (D) Para as atividades de pavimentação de leito estradal preexistente ou ampliação da capacidade restrita ao limite da faixa de domínio, a Licença de Instalação (LI) será dispensada, devendo ser requerida diretamente a Licença de Operação (LO).
- (E) Estão sujeitas ao procedimento de licenciamento ambiental ordinário, as atividades e obras citadas nos artigos 3º e 4º da referida Instrução que impliquem em supressão de vegetação nativa secundária em estágio inicial de regeneração.

59. Com base no Termo de Referência específico para o Plano de Trabalho do Levantamento e Monitoramento da Fauna no Licenciamento de Empreendimentos de Estradas/Rodovias, assinale a afirmativa correta.

- (A) Deverão ser realizadas duas campanhas amostrais ao longo de no mínimo 3 meses, contemplando a sazonalidade climática.
- (B) O espaçamento das campanhas amostrais deverá ser fixo (mínimo de 3 meses), podendo haver flexibilidade máxima de adiantamento ou atraso de início das campanhas em uma semana, de modo a não comprometer a avaliação da variação ambiental.
- (C) As campanhas de amostragem de vertebrados deverão ter 7 dias efetivos de execução por módulo amostral, e as de Ictiofauna, quando cabíveis, duração efetiva de 5 dias, por ponto amostral, desconsiderando o tempo gasto para a mobilização e desmobilização da equipe e equipamentos.
- (D) De forma a complementar os dados qualitativos, poderão ser utilizados dados primários de outros estudos ambientais, previamente realizados na região do empreendimento, desde que não superior a 12 anos da data de coleta dos dados primários, bem como dados de coleções zoológicas oficiais, utilizando-se de fotografias da fauna de provável ocorrência na região.
- (E) Dados de estudos ambientais superiores a 10 anos poderão ser incluídos na lista de espécies de provável ocorrência na região do estudo presente, desde que a origem dos dados seja devidamente indicada para cada espécie listada. Portanto, os dados obtidos a partir deste método somente poderão ser utilizados para compor a lista de espécies prováveis da região (com indicação do método nas tabelas), devendo ser utilizados nas análises estatísticas.

60. Segundo a o Termo de Referência específico para o Plano de Trabalho do Levantamento e Monitoramento da Fauna no Licenciamento de Empreendimentos de Estradas/Rodovias, para as rodovias onde exista tráfego de veículos, seja ela pavimentada ou não, deverão ser efetuadas amostragens mensais de atropelamento de fauna, sendo quatro consecutivas antes da Licença Prévia (LP), realizadas quando da elaboração do estudo ambiental. Para as fases de instalação (LI) e operação (LO) da rodovia pavimentada, a necessidade do monitoramento e o período (tempo de execução) serão definidos no decorrer do licenciamento ambiental, conforme particularidades da região e análise do estudo ambiental/resultados apresentados no monitoramento prévio. Com base na temática mencionada, indique a alternativa **incorreta**.

- (A) Cada campanha mensal deverá ter 5 (cinco) dias para execução do monitoramento.
- (B) As rodovias deverão ser percorridas em um sentido e depois no outro, de modo a amostrar ambos os lados, não sendo aceitos intervalos entre os percursos.
- (C) Apresentar nos resultados, a taxa de atropelamento representada pela razão entre o número total de animais atropelados, a extensão da rodovia monitorada e o tempo total de monitoramento (ind./km/dia), incluindo também estes dados separados por cada espécie.
- (D) O monitoramento deve iniciar no período matutino, com término até às 7h da manhã, a fim de que os registros sejam feitos antes da ação de predadores, não havendo interferência na obtenção dos dados. Portanto, o horário de início dependerá da extensão de cada rodovia.
- (E) As amostragens deverão ser realizadas em veículo com velocidade máxima de 35 km/h, voltadas à detecção de médios e grandes mamíferos, bem como percurso a pé em todos os trechos em que a rodovia apresenta fragmentos florestais na Área Diretamente Atingida (ADA), cuja amostragem deverá contemplar espécies de pequenos mamíferos, répteis e anfíbios, além de médios e grandes mamíferos.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. A resposta deverá conter a extensão mínima de **05 (cinco)** e máxima de **10 (dez)** linhas para o texto.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **10 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada com material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A folha de texto definitivo será o único documento válido para avaliação da prova discursiva.

QUESTÃO 1

O planeta está enfrentando uma crise ambiental sem precedentes, agravada principalmente pelas formas de uso do solo e dos recursos naturais, a partir de uma lógica produtivista e extrativista que degrada os ambientes naturais. Processos de desmatamento e atividades agropecuárias, praticadas de forma predatória, têm causado diversos danos à biodiversidade, como extinção de espécies de plantas e animais, redução da quantidade e qualidade de água disponível, aumento de temperatura, mudanças no regime de chuvas, erosão do solo e até mesmo a desertificação de extensas áreas. Felizmente, cientistas, técnicos e agricultores têm desenvolvido e praticado diferentes formas de produção, que buscam reverter o processo de degradação. Existem situações em que a própria natureza é capaz de recuperar áreas alteradas, entretanto o ser humano pode acelerar tal processo, por meio de técnicas de manejo do solo e da água, bem como de espécies vegetais e animais. Os métodos convencionais de restauração possuem altos custos e falta de retorno financeiro, sendo necessários encontrar novas formas de restauração ambiental, mais eficientes e que considerem as pessoas enquanto componentes e atores da paisagem, envolvendo-as, permanentemente, na conservação e no manejo dos recursos naturais. De acordo com o Novo Código Florestal Brasileiro, instituído pela Lei nº 12.651/2012, os sistemas agroflorestais podem ser utilizados como métodos de preservação e recuperação ambiental.

Com base no exposto, defina sistemas agroflorestais e comente sobre a utilização e importância destes na recuperação de áreas degradadas e na conservação da biodiversidade.

QUESTÃO 2

A perda da biodiversidade, agravada por atividades antrópicas como desmatamento, agropecuária, mineração, entre outros, é um dos fatores que impulsionam a sexta extinção em massa no planeta, na qual três quartos das espécies de animais e vegetais podem desaparecer em apenas alguns séculos. Essa perda agrava, inclusive, as mudanças climáticas, ameaçando os estoques de carbono do planeta. Ações de restauração e recuperação ambiental devem ser incentivadas como ferramentas para auxiliar na redução da perda da biodiversidade. Nesse sentido, a recuperação da qualidade ambiental é imprescindível para manter os níveis de biodiversidade do planeta e, assim, a vida como um todo. A Lei nº 6.938/1981, conhecida como Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), no seu Art. 2º, aponta como objetivo “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”. É de fundamental importância o reconhecimento e valorização dos processos de recuperação ambiental, com ênfase àqueles que introduzem o ser humano nos planos e etapas de forma integrada e sustentável.

Diante desta perspectiva, descreva os conceitos de restauração e recuperação e aponte as diferenças entre estes dois processos, além de identificar e explicar brevemente sobre pelo menos dois métodos de recuperação de áreas degradadas.

RASCUNHO

QUESTÃO 1

1	
5	
10	

QUESTÃO 2

1	
5	
10	